



DA REDAÇÃO
redacao@j.com.br

Reunião

Na próxima terça-feira, dia 20, o gestor interino de Educação, José Antonio Parimoschi, realiza reunião com coordenadores pedagógicos, assessores e especialistas para buscar uma solução para o preenchimento de vagas nas escolas, onde há falta de professores. A ideia é que os próprios coordenadores se revezem em suas unidades.

Pesquisa

Nesta mesma semana, no dia 23, os diretores da escola começam o planejamento para o ano que vem. Eles já receberam uma pesquisa de diagnóstico para mostrar como está a performance da sua unidade. A preocupação é para que a educação jundiáense mantenha seu nível de qualidade nas avaliações e que tenha performances mais unificadas.

Preocupação

Um dos maiores problemas na educação jundiáense são as faltas profissionais. Para diminuir esta questão e não deixar as crianças sem aulas, o município vai investir em tecnologia para identificar a carga horária do profissional e fazer com que ele esteja on-line, através de senhas, na unidade escolar.

► POLÊMICO

Após audiência pública em maio e opiniões divergentes sobre o assunto, vereadores decidem nesta terça se aprovam projeto

Proibição de fogos com efeitos sonoros entra na pauta amanhã

SIMONE DE OLIVEIRA
scoliveira@j.com.br

Entre os três projetos de lei a serem votados nesta terça-feira (20) durante a 20ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Jundiá, o de nº 12.242, que 'veda fogos de artifício e artefatos pirotécnicos de efeito sonoro', deve ser o mais polêmico na apreciação da pauta. De autoria dos vereadores Faouz Taha (PSDB), Leandro Palmarini (PV), Paulo Sérgio Martins (PPS) e Rafael Antonucci (PSDB), a proposta traz à discussão os malefícios de soltar os fogos próximos a crianças e animais. Por outro lado, tem levantado a discordância entre comerciantes e representantes de torcidas organizadas preocupadas com os prejuízos da proibição.

No texto de justificativa do projeto, os vereadores reforçam que o tema entrou em discussão devido aos impactos negativos da soltura, entre eles, a fuga de cães e gatos devido ao barulho provocado pelos fogos, sendo que alguns chegam a entrar em óbito dependendo da intensidade do barulho, além de problemas causados nas pessoas, como queimaduras, falhas na audição e até perda de membros, como mãos e braços.

Os autores do projeto declaram que o mesmo tem o objetivo de 'proporcionar segurança e oferecer condições



FOGOS DE ARTIFÍCIOS Audiência para discutir o projeto lotou a Câmara, no dia 25 de maio. Projeto final será debatido na Casa

de bem-estar aos animais e pessoas' e que a proibição se refere aos artificios de efeito sonoro, sendo assim os visuais permanecem permitidos em lugares com grande aglomeração de pessoas.

No último dia 25, houve audiência pública na Câmara para para debater o projeto e, na ocasião, comerciantes e torcidas organizadas, além de pessoas ligadas à causa animal, estiveram presentes para darem suas opiniões.

Outros trabalhos

Além dos fogos de artificios, os vereadores discutem também as propostas do vereador Roberto Conde Andra-

de bem-estar aos animais e pessoas' e que a proibição se refere aos artificios de efeito sonoro, sendo assim os visuais permanecem permitidos em lugares com grande aglomeração de pessoas.

No último dia 25, houve audiência pública na Câmara para para debater o projeto e, na ocasião, comerciantes e torcidas organizadas, além de pessoas ligadas à causa animal, estiveram presentes para darem suas opiniões.

de bem-estar aos animais e pessoas' e que a proibição se refere aos artificios de efeito sonoro, sendo assim os visuais permanecem permitidos em lugares com grande aglomeração de pessoas.

de bem-estar aos animais e pessoas' e que a proibição se refere aos artificios de efeito sonoro, sendo assim os visuais permanecem permitidos em lugares com grande aglomeração de pessoas.

de bem-estar aos animais e pessoas' e que a proibição se refere aos artificios de efeito sonoro, sendo assim os visuais permanecem permitidos em lugares com grande aglomeração de pessoas.

Moções

Além dos projetos, cinco moções serão apresentadas durante a sessão, entre elas a do vereador Edicarlo Vieira (PSD), que apela ao Ministro do Esporte, Leonardo Carneiro Monteiro Picciani, quanto a construção de uma unidade do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) no bairro do Medeiros, região Oeste da cidade.

Gustavo Martinelli (PSDB) pede ao governador Geraldo Alckmin e ao secretário de Logística e Transportes, Laurence Casagrande Lourenço, urgência na iluminação pública da Marginal Sul da rodovia Anhanguera (trecho compreendido entre os kms 53 e 55.

O vereador suplente Josinaldo Francisco Lira (PMDB) também apela a Geraldo Alckmin para urgência nas obras de duplicação da rodovia Presidente Tancredo de Almeida Neves. Já Valdeci Vila Matheus (PTB) apresenta moção de apoio à PEC de nº 297/2016 que determina a especialização de varas de saúde pública no âmbito dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça.

Roberto Conde Andrade (PRB) também apresenta moção de apoio ao projeto do deputado estadual Carlos Gianuzzi que dispõe sobre a isenção tributária para aquisição de veículos automotores para uso no transporte escolar.

► ADVOGADO/ENTREVISTA

Ex-presidente da OAB diz que País vive politização da Justiça

Autor do pedido de impeachment que levou à queda de Fernando Collor em 1992 e membro da comissão de defesa de Dilma Rousseff, o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Marcello Lavenère critica a "politização do Poder Judiciário", com a "atuação de figuras midiáticas", segundo ele, como o ministro Gilmar Mendes e o juiz Sergio Moro. Para ele, a única maneira de sair da atual crise é por eleições diretas.

A atual crise política é mais grave que em 1992?

Marcello Lavenère - Penso que é mais grave que em 1992. Como estou perto de 80 anos, vi crises políticas e acredito que seja mais grave até que o golpe militar de 1964.

No golpe militar temos uma quartelada que tinha como motivação lutar contra o comunismo. Perseguiram os comunistas, os subversivos, mas não perseguiram o país.

A ditadura não entregou as riquezas brasileiras na bacia das almas, como o golpe político-midiático que foi dado contra a presidente Dilma, com o pretexto cínico de dizer que é contra a corrupção.

Nesta crise agora, estamos vendo uma situação muito mais grave, inclusive envolvendo o Judiciário, que não decide de acordo com o que está no processo. Decisões são a favor ou contra a opinião pública.

O Judiciário tem cometido excessos?

O Poder Judiciário, depois da Constituição de 1988, ganhou um protagonismo muito grande. O cidadão brasileiro começou a procurá-lo, até porque o acesso à Justiça foi negado na ditadura.

Depois de 1988, o Judiciário foi tão chamado para resolver as coisas que passou-se a falar em ativismo, que extrapola suas atribuições nucleares e passa a ter atuação em áreas que não seriam consideradas seu campo de atuação.

Falou-se e m judicialização da política. Agora vivemos a politização do Judiciário. Há atuação de figuras muito midiáticas, como Gilmar Mendes, Sergio Moro, Deltan Dallagnol. E isso começou no mensalão, quando os órgãos de imprensa condenaram antes e o Judiciário ratificou uma posição já estabelecida.

Michel Temer tem condições de terminar o mandato?

Não. Não tinha nem para iniciar, pois iniciou por um golpe. E está se mantendo às custas de procedimentos contrários à Constituição.

Deve haver eleições diretas?

Se o presidente golpista sair, ninguém em sã consciência admite que o Congresso, que já mostrou sua ilegitimidade porque é todo investigado, tem condições de fazer eleições indiretas. Se houver

eleição indireta, vai continuar a crise. Se vier o presidente da Câmara, o senador Tasso Jereissati, Henrique Meirelles, vai continuar o povo na rua, economia complicada, desemprego, o desmonte do País. A única forma que tem hoje é eleição direta.

Como vê a decisão da OAB de pedir o impeachment?

O que a OAB fez é uma decisão a meu ver equivocada, porque o que a consciência cívica e brasileira está pedindo é que o presidente Temer, o golpista, renuncie, seja afastado, para que haja eleições diretas. Se esse pedido de impeachment for aceito, vai acontecer o quê? Se ele for processado, vai levar oito meses, um ano. Quando chegar a hora de decidir, o presidente vai sair porque cumpriu o mandato que o golpe lhe conferiu.

Como imagina que o Brasil pode sair dessa crise?

Só com diretas, imediatamente. Se o País quiser tomar esse caminho que esse governo está tomando, essa linha pós-neoliberal, de desmonte, tudo bem, o povo é que vai decidir. Ou não, vamos para o caminho contrário, um governo nacionalista, que proteja nossas empresas, a Amazônia. Não se pode dizer que é inconstitucional respeitar o artigo 1º da Constituição, que diz que todo o poder emana do povo. (Folhapress)

► CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projeto de bolsa a alunas que derem à luz é apreciado

Entre hoje (19) e 21 de junho, o Plenário da Câmara dos Deputados poderá votar projetos de autoria dos deputados, a serem definidos pelas lideranças em conjunto com a presidência da Casa. Uma das propostas que podem ser analisadas é o PL 3012/15, da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA). Aprovado nas comissões de Educação e de Defesa dos Direitos da Mulher, o texto prorroga por mais quatro meses a bolsa de estudantes que derem à luz.

O projeto limita-se a bolsas de estudo com duração mínima de 12 meses, beneficiando as bolsistas de mestrado, doutorado, alunas de graduação sanduíche, pós-doutorado ou estágio sênior.

Outro item pautado para a semana é o Projeto de Resolução 190/01, que muda as regras sobre o arquivamento das propostas após o fim de cada legislatura, com o objetivo de diminuir o acúmulo de proposições não apreciadas.

Destaca-se ainda o projeto

de lei 4742/01, que inclui no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) o crime de assédio moral no trabalho, definido como a depreciação reiterada da imagem ou do desempenho de trabalhador ou servidor público, sem justa causa, em razão de vínculo hierárquico funcional.

O substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) prevê pena de detenção de um a dois anos. (Agência Câmara de Notícias)

► NESTA SEGUNDA

Michel Temer diz que vai processar Joesley Batista

O presidente Michel Temer informou, em nota, que vai protocolar, nesta segunda-feira (19), ações civil e penal na Justiça contra o empresário Joesley Batista, um dos donos do grupo J&F. Em entrevista à revista Época, Joesley disse que Temer é "o chefe da quadrilha mais perigosa do Brasil".

Na nota, o presidente diz que Joesley "desafia mentiras em série" e que o empresário é o "bandido notório de maior sucesso na história brasileira". Na entrevista à revista Época, Joesley fala que a relação com o presidente Temer nunca foi de amizade. "Sempre

foi uma relação institucional, de um empresário que precisava resolver problemas e via nele a condição de resolver problemas". O dono do grupo J&F afirma que o presidente Temer "não é um cara cerimonioso com dinheiro" e que sempre tinha um assunto específico para tratar quando se encontravam. "Nunca me chamou lá para bater papo. Sempre que me chamava, eu sabia que ele ia me pedir alguma coisa ou ele queria alguma informação".

O texto divulgado pelo Palácio do Planalto destaca que era Joesley quem fazia pedidos

e que eles nunca foram atendidos: "Em entrevista, ele diz que o presidente sempre pede algo a ele nas conversas que tiveram. Não é do feito do presidente tal comportamento mendicante. Quando se encontraram, não se ouviu ou se registrou nenhum pedido do presidente a ele. E, sim, o contrário. Era Joesley quem queria resolver seus problemas no governo, e pede seguidamente. Não foi atendido antes, muito menos depois", diz a nota, que acrescenta: "Suas mentiras serão comprovadas e será buscada a devida reparação financeira pelos danos que causou".